



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 1910 / 2023
Data 10 / 03 / 2023
Fls. 02 Rubrica:

Ao Protocolo Geral do Município,

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **ALBERTO COUTO ALVES-BRASIL LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 12.131/2022, Concorrência Pública nº 011/2022.

Saquarema, 10 de março de 2023.

Atenciosamente,

Samuel Aranda Neto
Diretor Geral de Licitações
Mat.: 958667-2

Samuel Aranda
Presidente da CPL

Assunto: **CP 011/2022 - Pavimentação e Drenagem Jaconé -
Recurso ACA Brasil Ltda.**

De Igor Gomes Manhaes Cosendey <Igor.Cosendey@aca-brasil.com>

Para: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data 10/03/2023 14:13



PREFEITURA
SAQUAREMA

SAQUAREMA - RJ

03

03

- 01 RECURSO ACA BRASIL CP 011_2022 SAQUAREMA assinado.pdf (~3.9 MB)
- 02 PROCURAÇÃO - IGOR DA CONCEIÇÃO 25_01_2023.pdf (~95 KB)
- 03 IDENTIFICAÇÃO - IGOR DA CONCEIÇÃO.pdf (~215 KB)
- 04 24 ALTERAÇÃO CONTRATUAL ACA BRASIL LTDA..pdf (~2.5 MB)
- 05 RNE COSTA LEITE.pdf (~118 KB)
- 06 CPF COSTA LEITE.pdf (~144 KB)

Prezados, boa tarde !

Segue em anexo documentação referente o recurso da empresa Alberto Couto Alves Brasil Ltda. da Concorrência Pública nº 011/2022 - "Contratação de empresa de serviços de engenharia, com fornecimento de material e de mão de obra, para execução de pavimentação, drenagem, recapeamento e sinalização de diversos logradouros no bairro de Jaconé - Saquarema/RJ"

Favor confirmar o recebimento.

Desde já agradeço.

No aguardo de um breve retorno.

Atenciosamente,

Igor Cosendey

Departamento de Orçamentos/Licitações

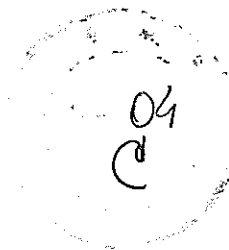
igor.cosendey@aca-brasil.com

Tlm 21 97433 1531

www.grupo-aca.com

ACA ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO

ACA O FUTURO É AGORA. ESTAMOS A CONSTRUÍ-LO!



A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA
ATT.:DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO DE DIVERSOS LOGRADOUROS NO BAIRRO DE JACONÉ – SAQUAREMA/RJ.

A empresa **ALBERTO COUTO ALVES-BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica estabelecida na Rua da Assembleia, nº 85, sala 201, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 13.548.038/0001-45, vem respeitosamente, na qualidade de licitante, tempestivamente, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, apresentar o seu **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos motivos que passa a expor:

1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

É de se assinalar que a presente insurreição se encontra **TEMPESTIVA**, uma vez que enviado dentro do prazo e levando em consideração que a “**Ata de Certame – Continuidade com Resultado de Análise de Habilitação**” ocorreu no dia 03/03/2023.

Há de se registrar ainda que a insurreição se encontra amparada pelo Diploma Legal das Licitações, qual seja o **Art. 109 da Lei n.º 8.666/93** e no **item 21 do referido certame em epígrafe**.

Nos termos art. 109 da Lei de Licitações:

“art. 109 – Dos atos da Administração decorrente da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação do licitante;

2. DO RESUMO DOS FATOS

O presente certame tem como objeto a “Contratação de empresa de serviços de engenharia, com fornecimento de material e de mão de obra, para execução de pavimentação, drenagem, recapeamento e sinalização de diversos logradouros no bairro Jaconé – Saquarema/RJ.”

Em que pese o cumprimento integral da documentação exigida no instrumento convocatório, a empresa ora Recorrente foi julgada inabilitada para a competição do certame, sob a fundamentação a seguir colacionada:

“pelo não atendimento ao item 10.3.8 do edital”.

D.m.v., caso fosse feita uma detida análise da documentação apresentada pela Recorrente, certamente não teria havido a sua inabilitação. Desse modo, a referida decisão não merece prosperar, conforme as razões de fato e de direito a seguir colacionadas.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS

3.1. DA DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISITA TÉCNICA

No que diz respeito a realização da visita técnica o edital de licitação exige que:

“10.3.7 - O Atestado de visita técnica do local onde será executada a obra será facultativo, conforme modelo constante no ANEXO IV. A visita técnica deverá ser previamente agendada, de acordo com a disponibilidade da empresa licitante, com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 15 horas, através do e-mail infraestrutura@saquarema.gov.rj.br. Esta visita deverá ser executada por pessoa legalmente designada pela empresa licitante e que possua conhecimento técnico para tal incumbência. O local de encontro para o representante da empresa será informado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no momento do agendamento.

10.3.8 As empresas que optarem por não fazer a vistoria técnica deverão apresentar o TERMO DE RESPONSABILIDADE E

RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA, conforme ANEXO IV deste Edital, formalmente assinado pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração e declaração de que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.”

Conforme evidenciado nos itens do edital de licitação mencionado acima, os licitantes possuíam a opção de apresentar na documentação de habilitação, o Atestado de Visita ao local das obras ou uma Declaração de Renúncia a Visita Técnica, assumindo a responsabilidade pela sua não realização.

A empresa recorrente optou por apresentar a Declaração de Renúncia a Visita Técnica que consta na página 73 de sua documentação de habilitação. A declaração está assinada pelo procurador da empresa recorrente e pelo seu responsável técnico, na qual é declarado que a empresa optou pela não realização da vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequência por essa omissão, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita técnica e que não utilizará dessa prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração, mantendo as garantias que vinculem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa.

A empresa recorrente em sua Declaração de Renúncia a Visita Técnica informa de forma clara que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades das obras objeto do edital de licitação em tela. Torna-se redundante o edital de licitação exigir que a empresa licitante apresente uma “declaração de que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação”, após ter declarado que possui pleno conhecimento das condições de trabalho

em sua Declaração de Renúncia de Visita Técnica, pois é vedado que a administração pública pratique atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame.

Ademais, a lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, veda que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art. 3º (BRASIL, 1993):

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

4. DO PEDIDO

Ante o exposto, vem requerer a V. Excelência:

- a) se digne a conhecer as razões do presente recurso, dando-lhe provimento, para que seja reformada a decisão de inabilitação proferida em desfavor da Empresa Recorrente, e, por fim, HABILITANDO-A;

Outrossim, caso não seja o entendimento de V. Excelência, vem requerer seja remetido a autoridade superior, nos termos do art. 109, §4º, da Lei 8666/93.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de março de 2023.

Atenciosamente,

IGOR DA
CONCEICAO:054900
97795

Assinado de forma digital por
IGOR DA
CONCEICAO:05490097795
Dados: 2023.03.10 14:00:23 -03'00'

ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA.

Igor da Conceição
Diretor de Obras

ACA

Cartório de Notas

15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
Rua do Divisor, 89 - Centro | Tel.: (21) 2215-1400 | www.cartorio5.com.br 08864-
Av. das Américas, 500 - Bloco II, Jd. 105 - 200 - Barra da Tijuca | Tel.: (21) 2215-7761 0893292

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:

JOSÉ MANUEL DOS REIS COSTA LEITE

15º Ofício de Notas

Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2023

NELSON NERY DOS SANTOS, Escrevente

Emol.: R\$ R\$ 7,18 - TJ+Fundos: R\$ 5,42 - Total: R\$ 12,6

Selo(s): EEK004271-RSS

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular,

ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA., sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Rua da Assembleia, nº 85, Sala 201, Bairro Centro, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.548.038/0001-45, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE 33.2.0916418-0, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, por seu Diretor **José Manuel dos Reis Costa Leite**, cidadão português, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade no Brasil (RNE) nº G459458-I, expedida por CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 601.893.380-24, com domicílio na Avenida Mariland, nº 707, Apartamento nº 504, Moinhos do Vento, Porto Alegre/RS, CEP 90440-191, e doravante referida como "**OUTORGANTE**", nomeia e constitui como seu bastante procurador **IGOR DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, solteiro, maior, Supervisor de Orçamentos, portador da Carteira de Identidade Profissional CREA - RJ nº 2005100951, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.900.977-95, com domicílio na Rua Pires do Rio, 1442, Boa Vista, Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, doravante referido como "**OUTORGADO**", a quem confere **PODERES ESPECIAIS** para:

1. Representar a **OUTORGANTE** nas Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, Sindicatos em geral Cartórios de Notas, e, em especial, junto do CREA, Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Estado da Fazenda, Secretaria Municipal da Fazenda, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Obras (SMO), a fim de dar andamento a processos, tomar ciência de despachos, cumprir exigências, juntar e retirar documentos; requerer, recorrer; pagar taxas de serviços; assinar os documentos e requerimentos necessários;

2. Representar a **OUTORGANTE** em Licitações Públicas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive em plataformas e portais digitais tais como: licitacoes-e, licitacoes.caixa e Bolsa Eletrônica de Compras - BEC (caufesp); podendo para tanto, apresentar e assinar propostas, contrapropostas, declarações, termos e orçamentos; formular ofertas e lances de preços; interpor e desistir de recursos; tomar ciência dos processos, juntar e retirar a documentação necessária; negociar, transacionar, assinar ou declinar de assinar atos e documentos; receber notificações e citações; efetuar vistorias técnicas de obras; praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da **OUTORGANTE**;

3. Firmar, em nome e em representação da **OUTORGANTE**, termos de compromisso de constituição de consórcio nas cláusulas e condições que melhor entender e contratos de constituição de consórcio, inclusivamente alterações contratuais e distratos, também, nas cláusulas e condições que melhor entender;

A presente procuração **NÃO CONFERE**, todavia, poderes para representar a **OUTORGANTE** na prática dos seguintes atos: aquisição, alienação, oneração, locação, ou constituição de outros direitos pessoais de gozo, sobre bens móveis ou imóveis da **OUTORGANTE**; celebração de empréstimos, prestação de caução, garantias pessoais ou reais, aval ou fiança, em nome da **OUTORGANTE**.

A procuração não confere, ainda, ao **OUTORGADO** poderes para substabelecer e é válida pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura deste instrumento.

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 2023.

ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA

José Manuel dos Reis Costa Leite

10
P

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agrimensura
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura
Conselho de Identidade Profissional

CONFEDERAÇÃO CREA

CREA-RJ
Registro Crea Nº
2005100951

Nome
IGOR DA CONCEICAO

Data do Registro no Crea-RJ
04/04/2005

Título Profissional
ENGENHEIRO CIVIL

Registro Nacional
2019012649
Data de Emissão
01/09/2010

Assinatura do Profissional

Vale como Documento de Identidade emitido e válido nacional e tem sua validade, conforme o § 2º da Lei nº 5.154 de 14/12/66 e Lei nº 6.100 de 01/03/73.

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agrimensura
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura
Conselho de Identidade Profissional

CONFEDERAÇÃO CREA

Crea de Registro CREA-RJ

Nome
IGOR DA CONCEICAO

Filiação
JOCIMARA DA CONCEICAO

Nascimento 10/07/1980 CPF 034.900.977-95 Doc. de Identidade 11873881-4 IFF/RJ Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade
SAO GONCALO RJ

Tipo Sang. Título do Eleitor 108932490345 PIS/PASEP

Assinatura do Profissional



VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL DA
ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA.

CNPJ/MF 13.548.038/0001-45
NIRE 33.2.0916418-0

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados:

ALBERTO COUTO ALVES S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com a legislação de Portugal, com sede em Vale (São Vale Martinho), 4770, 616 – VNF, Conselho de Vila Nova de Famalicão, Portugal, inscrita no Número de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC) sob o nº 501312412 e com CNPJ/MF nº 13.071.682/0001-75, neste ato representada por seu procurador, Sr. **José Manuel dos Reis Costa Leite**, cidadão português, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade no Brasil (RNE) nº G459458-I, expedida por CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 601.893.380-24, com domicílio na Avenida Mariland, nº 707, Apartamento nº 504, Moinhos do Vento, Porto Alegre/RS, CEP 90440-191;

ALBERTO COUTO ALVES SGPS S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com a legislação de Portugal, com sede na Avenida dos Descobrimentos, edifício Las Vegas Três, nº 63, Braga, Conselho de Vila Nova de Famalicão, 4770 011, Portugal, inscrita no Número de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC) sob o nº 505839547 e com CNPJ/MF nº 13.076.888/0001-98, neste ato representada por seu procurador, Sr. **José Manuel dos Reis Costa Leite**, acima qualificado;

únicos sócios da sociedade denominada **ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Assembleia, nº 85, Sala 201 Bairro Centro, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.548.038/0001-45 (a "Sociedade"), com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE nº 33.2.0916418-0;

resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. **OBJETO SOCIAL** - Resolvem os sócios, como resolvido têm, alterar o objeto social dessa sociedade, promovendo a exclusão de duas atividades: 46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas e 46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários.

PARÁGRAFO ÚNICO – Por força da exclusão das duas atividades acima elencadas, a cláusula segunda do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLAUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA

NIRE: 332.0916418-0 Protocolo: 00-2021/569503-8 Data do protocolo: 17/11/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2021 SOB O NÚMERO 00004649854 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1F9E484D6668A5925EFE453099C778A084E95C835EB8EF0175054D124860171E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA

Pag. 03/10

A sociedade tem por objeto social: (a) construção civil, assim como todas e quaisquer atividades ligadas à engenharia e arquitetura; (b) Construção de obras de arte especiais; (c) Obras de urbanização, designadamente, ruas, praças e calçadas; (d) Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; (e) Obras de irrigação; (f) Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto; (g) Obras portuárias, marítimas e fluviais; (h) Montagem de estrutura metálica; (i) Construção de instalações esportivas e recreativas; (j) Preparação de canteiro e limpeza de terreno; (k) Obras de terraplenagem; (l) Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; (m) Administração de obras; (n) aluguel de equipamentos de construção e demolição; (o) lavra de minerais; (p) importação e exportação de veículos automotores, máquinas e equipamentos industriais, suas peças e acessórios, materiais para construção civil; (q) planejamento, implantação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, inclusive, sob o regime de incorporação; (r) a compra, venda e locação de imóveis próprios; (s) consultoria e assistência técnica concernente a assuntos imobiliários; (t) a importação e exportação de bens e serviços; (u) concepção, construção e exploração de infraestruturas do desporto e lazer; (v) instalação eletromecânica, gestão, exploração e conservação de sistemas de distribuição de água para consumo urbano e tratamento de águas residuais; projeção e execução de redes de água e esgoto; construção de pequenas instalações de tratamento de águas residuais; (w) limpeza urbana, recolhimento e transporte de resíduos sólidos urbanos, recolhimento, triagem e transporte de resíduos recicláveis; (x) construção e exploração de aterros sanitários e ecocentros, selagem/recuperação de lixeiras; (y) geração e/ou distribuição de energias limpas; (z) análise química e microbiológica de águas; (aa) fornecimento e instalação de equipamentos de piscina; (bb) elaboração de estudos de impacto ambiental; (cc) a prestação de serviços de planejamento, gestão, montagem, manutenção e desenvolvimento da instalação de redes de distribuição de energia elétrica, incluindo parques e estações de energia renovável; (dd) a construção e exploração de estações e redes de distribuição de energia elétrica, incluindo parques e estações de energia renovável; (ee) Serviços de Pulverização e controle de pragas agrícolas; (ff) Transporte de Efluente sanitários municipal e interestadual; (gg) Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; (hh) Transporte Rodoviário de Carga, exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; (ii) serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; (jj) a participação societária em outras sociedades; (kk) a fim de realizar, promover ou facilitar a consecução de todo ou parte do objeto social, participar de consórcios e licitações nacionais ou internacionais, assim como realizar toda e qualquer operação complementar às suas atividades que seja necessária ou útil para a consecução de seu objeto social."

2. **DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL** - Por fim, os Sócios decidem, por unanimidade e sem reservas, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que, já incorporadas as deliberações acima, passa a vigorar, exclusivamente, com a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA

NIRE: 332.0916418-0 Protocolo: 00-2021/569503-8 Data do protocolo: 17/11/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2021 SOB O NÚMERO 00004649654 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1F9E484D6868A5925EFE453099C778A084E952835EB8EF0175054D124860171E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJ
Assinado digitalmente

Pág. 04/10

**CONTRATO SOCIAL DA
ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA.**

Handwritten signature and stamp with the number 15.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO E SEDE

A sociedade se perfaz sob a denominação ALBERTO COUTO ALVES - BRASIL LTDA. e possui o nome fantasia de "ACA", com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Assembleia, nº 85, Sala 201, Bairro Centro, CEP 20.011-001.

Parágrafo Primeiro - A sociedade tem 02 (duas) filiais, uma delas localizada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Rua A/07, Jardim São Cristovão I, SN, COHAPAM, CEP 65.055-323, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.548.038/0003-07, e registrada na Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA) sob o NIRE 21900271784; e outra localizada na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Folha 30, Quadra 01, Lote B 20, Avenida VP 8, 3.º andar, Bairro Nova Marabá, CEP 68.507-330, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.548.038/0004-98 e registrada na Junta Comercial do Pará (JUCEPA) sob o NIRE 15900444285.

Parágrafo Segundo - A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social: (a) construção civil, assim como todas e quaisquer atividades ligadas à engenharia e arquitetura; (b) Construção de obras de arte especiais; (c) Obras de urbanização, designadamente, ruas, praças e calçadas; (d) Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; (e) Obras de irrigação; (f) Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto; (g) Obras portuárias, marítimas e fluviais; (h) Montagem de estrutura metálica; (i) Construção de instalações esportivas e recreativas; (j) Preparação de canteiro e limpeza de terreno; (k) Obras de terraplenagem; (l) Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; (m) Administração de obras; (n) aluguel de equipamentos de construção e demolição; (o) lavra de minerais; (p)) importação e exportação de veículos automotores, máquinas e equipamentos industriais, suas peças e acessórios, materiais para construção civil, (q) planejamento, implantação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, inclusive, sob o regime de incorporação; (r) a compra, venda e locação de imóveis próprios; (s) consultoria e assistência técnica concernente a assuntos imobiliários; (t) a importação e exportação de bens e serviços; (u) concepção, construção e exploração de infraestruturas do desporto e lazer, fabricação (v) instalação eletromecânica, gestão, exploração e conservação de sistemas de distribuição de água para consumo urbano e tratamento de águas residuais; projeção e execução de redes de água e esgoto; construção de pequenas instalações de tratamento de águas residuais; (w) limpeza urbana, recolhimento e transporte de resíduos sólidos urbanos, recolhimento, triagem e transporte de resíduos recicláveis; (x) construção e exploração de aterros sanitários e ecocentros, selagem/recuperação de lixeiras; (y) geração e/ou distribuição de energias limpas; (z) análise química e microbiológica de águas; (aa) fornecimento e instalação de equipamentos de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA

NIRE: 332.0916418-0 Protocolo: 00-2021/569503-8 Data do protocolo: 17/11/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2021 SOB O NÚMERO 00004649854 e demais constantes do termo de autenticação.

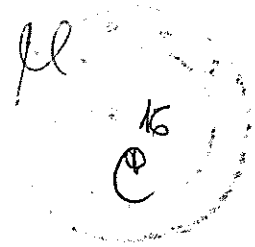
Autenticação: 1F9E484D6868A5925EFE453099C778A084E952835EB8EF0175054D124860171E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo.



JUCECERJA
ARQUIVAMENTO E AUTENTICAÇÃO

Pag. 05/10



piscina; (bb) elaboração de estudos de impacto ambiental; (cc) a prestação de serviços de planejamento, gestão, montagem, manutenção e desenvolvimento da instalação de redes de distribuição de energia elétrica, incluindo parques e estações de energia renovável; (dd) a construção e exploração de estações e redes de distribuição de energia elétrica, incluindo parques e estações de energia renovável; (ee) Serviços de Pulverização e controle de pragas agrícolas; (ff) Transporte de Efluente sanitários municipal e interestadual; (gg) Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; (hh) Transporte Rodoviário de Carga, exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional; (ii) serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; (jj) a participação societária em outras sociedades; (kk) a fim de realizar, promover ou facilitar a consecução de todo ou parte do objeto social, participar de consórcios e licitações nacionais ou internacionais, assim como realizar toda e qualquer operação complementar às suas atividades que seja necessária ou útil para a consecução de seu objeto social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.121.581,00 (quarenta milhões, cento e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e um reais), dividido em 40.121.581 (quarenta milhões, cento e vinte e uma mil, quinhentas e oitenta e uma) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, encontrando-se distribuído entre os socios da seguinte forma:

(a) ALBERTO COUTO ALVES SGPS S.A. é titular de 19.684.657 (dezenove milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil e seiscentas e cinquenta e sete) quotas, no valor total de R\$ 19.684.657,00 (dezenove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional;

(b) ALBERTO COUTO ALVES S.A. é titular de 20.436.924 (vinte milhões, quatrocentas e trinta e seis mil, novecentas e vinte e quatro) quotas, no valor total de R\$ 20.436.924,00 (vinte milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional;

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



17

CLÁUSULA SEXTA - CESSÃO DE QUOTAS

Os sócios têm direito de preferência recíproco para a aquisição de quotas. O sócio que desejar ceder a totalidade ou parte de suas quotas deverá comunicar as condições respectivas aos demais sócios, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercer o seu direito de preferência.

Parágrafo Único - O sócio que desejar alienar a totalidade ou parte de suas quotas a terceiros somente poderá fazê-lo desde que o terceiro adquira na mesma proporção e nas mesmas condições, as quotas dos demais sócios. Estes, entretanto, poderão renunciar a esse direito de venda forçada.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade caberá ao administrador, Sr. **José Manuel dos Reis Costa Leite**, cidadão português, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade no Brasil (RNE) n.º G459458-I, expedida por CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 601.893.380-24, com domicílio na Avenida Mariland, n.º 707, Apartamento n.º 504, Moinhos do Vento, Porto Alegre/RS, CEP 90440-191, sob a denominação de "**Diretor**", que responderá pela administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, exercendo seu cargo por tempo indeterminado, ficando dispensada a prestação de caução, autorizado o uso do nome empresarial.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao Administrador a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da sociedade, dispondo, entre outros, de poderes para:

- a) gerir e conduzir os negócios da sociedade, orientando, dirigindo e supervisionando todas suas atividades;
- b) representar a sociedade, em Juízo ou fora dele, e receber citações;
- c) proceder à alienação de bens do ativo permanente, assim como a constituição de ônus reais sobre eles, até o limite de dez por cento (10%) do capital social.

Parágrafo Segundo - A alienação de bens do ativo permanente, assim como a constituição de ônus reais sobre os mesmos, em valor superior - individual ou coletivamente - ao limite previsto no inciso "c" do Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima, dependerá de autorização prévia dos sócios representando 75% do capital social da sociedade.

Parágrafo Terceiro - Salvo no que este Contrato dispuser diversamente, a sociedade será representada e obrigada-se-á:

- a) pela assinatura do Administrador;
- b) pela assinatura de um procurador.

Parágrafo Quarto - As procurações outorgadas em nome da sociedade serão sempre assinadas pelo Administrador e terão prazo de validade determinado, até o limite máximo de 2 (dois) anos.

Parágrafo Quinto - As procurações *ad judicia* terão prazo de validade indeterminado e permitirão o subestabelecimento.



Parágrafo Sexto - Os documentos de rotina administrativa que não importem na constituição de obrigação para a sociedade poderão ser assinados por um gerente devidamente autorizado, por escrito, pelo Administrador.

Parágrafo Sétimo - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos do Administrador relacionados a atividades estranhas ao interesse social, sendo-lhe defeso assumir, em nome da sociedade, obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios quotistas.

Parágrafo Oitavo - O Administrador poderá ser destituído de seu cargo a qualquer tempo, sem que gere qualquer direito de indenização.

Parágrafo Nono - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

CLÁUSULA OITAVA - EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA - DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo Único - A cada quota corresponde um voto nas reuniões e decisões societárias.

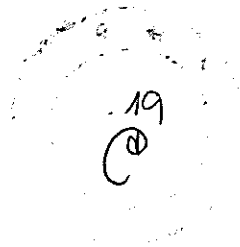
CLÁUSULA DÉCIMA - REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim.





Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

As partes elegem o Foro Central do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração do Contrato Social, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021.


ALBERTO COUTO ALVES S.A.
 P.p. José Manuel dos Reis Costa Leite


ALBERTO COUTO ALVES SGPS S.A.
 P.p. José Manuel dos Reis Costa Leite


JOSÉ MANUEL DOS REIS COSTA LEITE

TESTEMUNHAS:

1. _____
 Nome: _____
 CPF/MF nº: _____
 Identidade nº: _____

2. _____
 Nome: _____
 CPF/MF nº: _____
 Identidade nº: _____



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA, NIRE 33.2.0916418-0, PROTOCOLO 00-2021/569503-8, ARQUIVADO EM 17/11/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004649854, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

| CPF/CNPJ | Nome |
|----------------|-------------------------------------|
| 054.877.287-80 | BRUNO RODRIGUES FURTADO DE MENDONÇA |

17 de novembro de 2021.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA

NIRE: 332.0916418-0 Protocolo: 00-2021/569503-8 Data do protocolo: 17/11/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2021 SOB O NÚMERO 00004649854 e demais constantes do termo de autenticação.

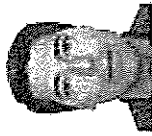

Autenticação: 1F9E484D6868A5925EFE453099C778A084E952835EB8EF0175054D124860171E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA
Assinado digitalmente

Pag. 10/10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO

RNE: G459458-1 CLASSIFICAÇÃO: PERMANENTE VALIDADE: INDETERMINADA

NOME: JOSE MANUEL DOS REIS COSTA LEITE

FILIAÇÃO: NOEMIA SOARES DOS REIS LEITE



NACIONALIDADE: PORTUGUESA

DATA DE NASCIMENTO: 29/08/1965

DATA DE EMISSÃO: 27/08/2018

ÓRGÃO EMISSOR: COPIREX/OPF

DATA DE EXPIRAÇÃO: 07/08/2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO

RNE: G459458-1 CLASSIFICAÇÃO: PERMANENTE VALIDADE: INDETERMINADA

NOME: JOSE MANUEL DOS REIS COSTA LEITE

FILIAÇÃO: NOEMIA SOARES DOS REIS LEITE

NACIONALIDADE: PORTUGUESA

DATA DE NASCIMENTO: 29/08/1965

DATA DE EMISSÃO: 27/08/2018

ÓRGÃO EMISSOR: COPIREX/OPF

DATA DE EXPIRAÇÃO: 07/08/2018

21



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



22
C

**Número
601.893.380-24**

**Nome
JOSE MANUEL DOS REIS COSTA LEITE**

**Nascimento
29/06/1965**

**CÓDIGO DE CONTROLE
1416.A354.E1F5.76A5**



**Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 15:28:52 do dia 12/11/2018 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO